



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António José Ascensão Fraga
José Manuel Custódia Biscaia
Marco Alexandre Lucas Veiga

ATA N.º 10/2012

-----Ata da reunião ordinária realizada aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e doze. -----

-----Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e doze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, inicialmente, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente, António José Ascensão Fraga, por motivos do atraso do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, tendo sido assumida por este, no decorrer da reunião, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia e Marco Alexandre Lucas Veiga. -----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. Aprovação da ata da reunião anterior.**
- 2. Intervenção do público.**
- 3. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 4. Ordem do Dia**
 - 4.1. Conhecimento do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Manteigas.**
 - 4.2. Apreciação do projeto do “Centro de Artes e Ofícios do Eiró – Manteigas”.**
 - 4.3. Ratificação dos atos praticados constantes na informação nº 31 /2012/ABS.P, datada de 16 maio de 2012, referente às aquisições de serviços – requisições.**

Aprovação da ata da reunião anterior.-----

-----Achada conforme, a ata da reunião anterior foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador José Manuel Cardoso (por não ter estado presente na reunião anterior) e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído. -----

Intervenção do público.-----

-----Não houve público inscrito para intervir. -----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Foi definido que seriam colocadas as questões referentes aos assuntos a tratar no Período Antes da Ordem do Dia, às quais o Senhor Presidente responderia quando chegasse. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que votou uma Moção referente à cobrança de 5% do IMI, que acha exagerado, sabendo-se que já havia a cobrança de 2,5 % por parte do Serviço de Finanças.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Continuou dizendo que questionou sobre qual era o valor do IMI, independentemente de ter votado, para ter conhecimento exato do que se está a falar. Desconhece se já têm a informação sobre essa matéria para lhe prestarem.-----

Prosseguiu dizendo que admite que no valor recebido, já estão deduzidos os 2,5%, que é o valor que os serviços de Finanças cobram. Desconhece se os 5% a deduzir, se traduzem em 2,5% + 2,5%, ou se são 2,5% + 5%. Também desconhece se a Câmara receberia 5% sobre o valor global ou sobre o valor recebido. Parece-lhe que é sobre o valor global.-----

Finalizou solicitando que lhe fosse fornecido um mapa do controlo orçamental da receita e da despesa referente ao mês de abril.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso mencionou um assunto de que já tinha prometido não voltar a falar, porque julgou que o mesmo ficasse resolvido: na última reunião a que assistiu, em relação aos comprovativos das candidaturas aprovadas, o Senhor Presidente recomendou-lhe que passasse pelos Serviços Técnicos a fim de esclarecer as suas dúvidas. Esteve nesses serviços no dia 26 de abril, e transmitiram-lhe que lhe entregavam os documentos até ao dia 7 ou 8 de maio. Pensou que era pouco tempo e concedeu que lhos apresentassem até ao dia 15 de maio. Contudo, já passou o dia 20 de maio e ainda não lhe foi entregue absolutamente nada. Em consequência, vai solicitar esta documentação à IGF (Inspeção Geral de Finanças). Continuou dizendo que apresentou um requerimento à Câmara Municipal, há cerca de quatro meses, referente ao assunto que expôs e ainda não obteve resposta. Pensa que é uma tarefa que demora cerca de cinco minutos a ser realizada. Não entende como uma Câmara, que se diz transparente e que quer prestar informações, em relação a um assunto desta natureza e desta importância, ande a entreter estes meses todos. São coisas que escapam ao seu entendimento.-----

----- O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga referiu que a adjetivação de “não transparência” lhe parecia escusada e que não a aceitava.-----

Prosseguiu dizendo que iria averiguar o que, efetivamente, se estaria a passar.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso ripostou dizendo que todos os requerimentos, na administração pública, são respondidos no prazo de dez dias todavia, passaram-se quatro meses sobre a apresentação do requerimento e ainda não foi dada qualquer justificação e ainda tem de ficar calado e achar que é absolutamente natural que um requerimento que tem de ser respondido, num prazo de dez dias, ao fim de quatro meses, ainda não tem resposta. Entende que é absolutamente anormal e mais do que falta de transparência, é uma atitude anti-democrática e de desrespeito com quem tem que exercer o papel de oposição.

----- O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga replicou que também já exerceu o papel de oposição e seria melhor não “trocarem bandeiras” de um lado e de outro porque,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

haveria razões dos dois lados. Considera que há de haver alguma razão para que o requerimento não tenha sido respondido.-----

Prosseguiu reiterando que não aceitava o comentário de “não transparência” e que iria mandar averiguar a questão.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que sabia qual é a justificação: não há comprovativos para o montante que está expresso no orçamento, essa informação já lhe foi adiantada.-----

-----O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga questionou o Senhor Vereador sobre o motivo porque estaria com sofismas, já que afirmou ter essa informação.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que tem de apurar a informação através dos comprovativos e não através daquilo que lhe dizem.-----

-----O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga replicou que o Senhor Vereador tinha acabado de fazer uma afirmação: “...eu até sei...” e afinal, já não sabe.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que sabia aquilo que lhe transmitiram: que não há comprovativos que justifiquem o valor que está no orçamento. Continuou dizendo que solicitou, somente, os comprovativos e não pediu que lhe facultassem esses pormenores, não solicitou essa informação, sequer.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia propôs que, sob condição de voltarem atrás na discussão dos assuntos já expostos, relativamente ao ponto 4.1 da Ordem do Dia “Conhecimento do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Manteigas”, gostaria de se pronunciar sobre a remessa de um CD contendo essa matéria.-----

Ordem do Dia-----

Conhecimento do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Manteigas.-----

-----Foi presente, para conhecimento, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Manteigas.-----

-----O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga começou por apresentar um pedido de desculpas, por não ter sido fornecida uma cópia do documento em suporte de papel, aos Senhores Vereadores, por ser um documento extremamente extenso. Foi entregue em suporte digital e o Plano já teve algumas alterações, mas é bastante idêntico àquele documento que já foi presente numa reunião de Câmara anterior.-----

Prosseguiu dizendo que, relativamente ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Manteigas se pretendeu (antes de se dar conhecimento às restantes entidades que compõem a Proteção Civil Municipal), apresentar o documento em reunião de Câmara. Continuou dizendo que o Sr. Presidente já tinha transmitido, na reunião anterior, que a Câmara Municipal ía receber o comprovativo da sua aprovação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que se tratava de um processo começado no início do ano de 2010, tendo sido enviada a primeira versão do Plano Municipal de Emergência para a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Foi obtida uma resposta, relativamente ao plano que foi remetido no passado mês de abril, que referia que era aprovado condicionalmente. Havia alguns detalhes que deveriam ser corrigidos ou acrescentados, alguns pormenores que não eram relevantes. A Câmara Municipal procedeu às alterações que a Autoridade Nacional de Proteção Civil lhe aconselhou efetuar, e submeteu, novamente, tendo sido aprovado. -----

De seguida, referiu que, se os Senhores Vereadores fizessem questão, se providenciariam cópias em suporte papel. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre se o plano foi, ainda, elaborado pela Associação de Municípios da Cova da Beira. -----

----- O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga respondeu afirmativamente e esclareceu que foi o concurso que Associação de Municípios da Cova da Beira fez para todos os municípios, no qual o Município de Manteigas também estava contemplado. Segundo sabe, foi contratualizado o serviço para a execução do plano, tendo a Câmara Municipal acompanhado e fornecido elementos. -----

Prosseguiu dizendo que cumprido o objetivo de dar conhecimento do plano aos Senhores Vereadores, agora vai ser convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil e vai ser entregue uma cópia do documento a todos os elementos que a compõem e ir-se-ão aprimorar alguns detalhes que é necessário acertar neste momento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou sobre se haveria enfoques relevantes, relativamente a esta matéria, mais do que aquilo que já conhecia. -----

----- O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga respondeu negativamente e referiu que se fez um balanço dos riscos a que o Concelho de Manteigas está mais suscetível: questões relativas a incêndios florestais, derrocadas, deslizamentos de terras, nevões, cheias das linhas de água mais complicadas, tendo sido identificados alguns pontos. O Plano refere qual deve ser o procedimento preparatório e quais são as fases em que se deve ativar o mesmo. É um documento bastante extenso, um pouco complicado, todavia, estão identificadas as partes mais relevantes para o Concelho. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que já existia, no anterior mandato, um Plano de Emergência, diferente daquele que depois foi analisado em reunião de Câmara. Não no objeto de intervenção, mas na identificação de quais os meios a mobilizar, se são privados, ou não. -----

Continuou dizendo que existem riscos que não se podem controlar, nem sequer antecipar. Existem riscos de deslizamentos, alguns dos quais estão a montante do processo do anterior



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 197 -

António José
António José

Executivo, processos dos fogos florestais, infelizmente, à semelhança do que aconteceu em 2005. -----

-----O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga referiu que o Plano Municipal de Emergência é um documento obrigatório. Contudo, em termos de proteção civil, não é por o Município não ter o Plano aprovado que, sempre que seja necessário tomarem-se as devidas diligências, para as possíveis ocorrências, que possam suceder, não se tomem, nomeadamente quando se preveem nevões no Concelho. Este ano, não caiu a neve desejada, porque mais neve traria mais benefícios ao Concelho nalguns aspetos, mas ficaram definidos com a equipa técnica e com os serviços externos da Câmara Municipal e em articulação, também, com os Bombeiros Voluntários de Manteigas, com a GNR de Manteigas, procedimentos que, em caso de alerta, seriam ativados e cada um teria a sua responsabilidade e as suas tarefas nessas situações.-----

Prosseguiu dizendo que quando falou nos deslizamentos, não se consegue prever o acontecimento todavia, o plano identifica alguns dos locais do Concelho de Manteigas que são mais suscetíveis a que esse tipo de fenómeno aconteça, tanto no que respeita a deslizamentos como a outras questões, nomeadamente os fogos florestais em todo o Concelho. Relativamente à neve, também identifica quais são as zonas ou as cotas onde existe mais probabilidade de ocorrerem problemas e quais são algumas das medidas a tomar.-----

Prosseguiu dizendo que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Manteigas estará sempre disponível no serviço e, por uma questão de poupança e uma vez que as alterações não foram assim tão significativas, e tendo em conta que já havia sido entregue um exemplar do documento, há uns tempos atrás, por uma questão de contenção não se imprimiu, contudo, estará sempre disponível em suporte digital.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Manteigas.-----

Apreciação do projeto do “Centro de Artes e Ofícios do Eiró – Manteigas”. -----

-----Foi presente, para apreciação, o projeto do “Centro de Artes e Ofícios do Eiró – Manteigas”. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou sobre se iria ser apresentado, na reunião, o projeto do “Centro de Artes e Ofícios do Eiró – Manteigas”, visto que tinha recebido, somente, uma cópia da memória descritiva e justificativa do projeto.-----

De seguida, reiterou o pedido de fornecimento do mapa de controlo orçamental da receita e despesa do mês de abril, o que após autorização do Senhor Vice-Presidente, a Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral providenciou.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga referiu que iria averiguar o que teria acontecido e saiu do Salão Nobre.-----

Já de regresso, referiu que o Senhor Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência lhe transmitiu que, o que se pretende efetuar está descrito na memória descritiva e justificativa do projeto e que, provavelmente, não foi tirada cópia do resto do projeto.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia confirmou que recebeu uma cópia da memória descritiva e justificativa do projeto, mas como está assinada pelo Senhor Presidente, pensou que seria um lapso (parece-lhe que alguém abusou da assinatura do Senhor Presidente da Câmara).-----

----- O Senhor Presidente, entretanto, chegou à reunião, apresentou desculpas e justificou o seu atraso (esteve reunido com a ADRUSE e dois empreendedores que estavam em Manteigas, não tendo sido possível chegar mais cedo).-----

----- Foi decidido, por unanimidade, retomar-se a discussão dos assuntos apresentados no Período Antes da Ordem do Dia, em virtude do Senhor Presidente já estar presente e, o Senhor Vice-Presidente fez uma sinopse do que já havia sido dito.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que uma das questões que tinha para expor era o processo do IRS, que já se arrasta há bastante tempo. Na última reunião formal em que a Câmara fez a última grande proposta, no sentido da Assembleia Municipal deliberar sobre esta matéria, aconteceu no mês de novembro do ano passado. O processo foi, depois, levado à Assembleia Municipal, que deliberou que seria apresentado, ou que a Câmara deveria apresentar um regulamento para o efeito, na medida em que a matéria não era linear relativamente à devolução. A Câmara Municipal, entretanto, não aprovou nenhum regulamento, nem o levou à Assembleia Municipal. Foi informado, no dia 28 de março, pelo Senhor Presidente, que iria ser feito o Edital (ainda não tinha sido feito porque tinha surgido uma qualquer dúvida relativamente a essa matéria). Continuou dizendo que, neste momento, já deveria haver reembolsos ou estar-se em vias de haver reembolsos do IRS por parte das Finanças.-----

Em consequência, questionou sobre em que fase se encontra o processo relativamente a esta matéria do IRS, que começou por uma decisão da Câmara, deliberação da Assembleia, com limitação ao nível do regulamento a apresentar em subsequência, coisa que não foi feita. De seguida, vincou que foi sugerido que o Executivo apresentasse um regulamento para ser efetuada a devolução do IRS dado que a devida comunicação da Câmara não foi remetida para o Serviço de Finanças em tempo útil.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu questionando sobre qual era a dúvida que surgiu, na medida em que a decisão da Câmara Municipal era que também se questionasse à Direção Geral das Contribuições e Impostos sobre a deliberação que havia sido tomada pela Câmara Municipal.-----

Continuou dizendo que há cerca de dois meses tinha perguntado sobre como estava o processo do concurso para a limpeza das instalações da Câmara. Nesse tempo, ainda estava dentro do prazo da atual empresa manter o processo e depois, nada mais lhe foi dito sobre essa matéria, pelo que desconhece se foi resolvido ou se foi, ou não, aberto concurso.-----

-----O Senhor Presidente começou por referir que em relação à questão do IRS, não adiantaria muito mais do que aquilo que já tinha dito na sessão da Assembleia Municipal: de facto a Câmara deliberou em conjunto e decidiu levar o assunto à Assembleia Municipal, esta (a Assembleia Municipal) também aprovou a devolução do IRS aos munícipes, e depois de ter sido aprovado, foi questionado na Assembleia Municipal e também em reunião de Câmara, sobre porque é que ainda não tinha sido feito e sobre qual a modalidade que iria ser adotada. Continuou dizendo que a Câmara não decidiu consultar a Direção Geral das Contribuições e Impostos, agora designada por Autoridade Nacional Tributária. Decidiu que se restituísse o IRS. Evocou que, já numa fase posterior, para cumprimento dessa deliberação de Câmara, não foi dito em reunião de Câmara que iria ser elaborado um regulamento, mas que iria ser definida a forma de devolução e, essa forma de devolução, podia ser através da afixação de um Edital que definiria como é que iria ser devolvido o IRS. Continuou dizendo que, entretanto, já o Edital estava feito e pronto para ser submetido à reunião de Câmara, não o submeteu, porque foi recebido um parecer, dizendo que não era correto proceder à devolução do IRS, que a Câmara não o podia fazer, tendo em conta que não era uma competência sua. Perante isto, qualquer devolução que fosse efetuada responsabilizaria financeiramente quem tomou a decisão: o Presidente da Câmara e os Vereadores que tomaram a decisão, em reunião de Câmara. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que foi a Assembleia Municipal que deliberou sobre o assunto e não a Câmara.-----

-----O Senhor Presidente aditou que estava a falar na Câmara Municipal, mas a Assembleia também é responsável e, perante o parecer que não foi, sequer, pedido pela Câmara mas a que tem de dar crédito (foi a solicitação do técnico de Contabilidade e entende que fez bem, se ele tinha dúvidas em relação a esta matéria). De qualquer forma, recorreu a uma entidade à qual está associado, à ATAM (Associação dos Técnicos Administrativos Municipais) e solicitou o parecer que refere, exatamente, que a Câmara não pode devolver o IRS tão linearmente quanto tinha sido determinado. De seguida, foi decidido solicitar um parecer à Direção Geral das Autarquias Locais e, neste momento, aguarda-se o mesmo que, se fôr positivo, coloca a Câmara à vontade para fazer a devolução. Se fôr negativo, quem terá que decidir isso em última



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

instância será a Câmara, se mantém ou não, a deliberação tomada e, levar esta matéria à Assembleia Municipal, uma vez que também se pronunciou. -----

Prosseguiu dizendo que ainda não é tarde para se efetuar a devolução, porque a Câmara ainda não arrecadou nenhuma receita relativa ao IRS referente a esse ano. Como é sabido, a receita é entregue à Câmara municipal por tranches e será até ao final do ano. Continuou dizendo que calculando o IRS do último ano, serão cerca de sessenta mil euros, sendo este valor que, em princípio, a Câmara teria que devolver. Se o fizer, não o devolve a toda a população do Concelho de Manteigas. Foi decidido, na altura, que se abdicava dos 5% em prol da população, mas a verdade é que não afeta os mais desfavorecidos. Afeta aqueles que têm um pouco mais de rendimento e que também, de certa forma, podiam contribuir para o equilíbrio das finanças do País e da autarquia. -----

Continuou dizendo que também foi deliberado, antes de dezembro de 2011, em relação ao ano de 2012, que a Câmara também abdicaria, na mesma, dos 5%. -----

Prosseguiu referindo que existe uma outra questão, na informação, que lhe parece que poderá vir a ter alguma consequência negativa para a Câmara Municipal. Salientou que ainda é, apenas, uma informação e que desconhece se vai ser aprovada, ou não, em termos de legislação, mas se vier a ser disponibilizada uma verba às câmaras municipais para aliviarem as suas dívidas (não é só para as que têm uma dívida elevada, mas também é para as que têm uma dívida menos elevada, porque os cidadãos, as câmaras municipais e os municípios do País têm todos o mesmo direito) só poderão socorrer-se desse fundo de resgate da dívida, as câmaras municipais que tenham as taxas no máximo, ou seja, que não tenham redução em nenhuma das suas taxas. Significa que a simples devolução do IRS, se isto vier a acontecer desta forma como está proposto, impossibilitaria a Câmara de aceder a este fundo de resgate. Foi tomada a deliberação já para 2012, está tomada. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia recordou que no dia 9 do mês de novembro, na ata nº 21/2009, foi dito o seguinte: "Após análise da proposta..." e a proposta era que na mesma se fizesse referência aos 5%, se fizesse deliberação para "...submeter a proposta à Assembleia Municipal" e foi dito a determinada altura que "...Mais foi deliberado comunicar a presente deliberação à Direção Geral das Contribuições e Impostos informando, que a Câmara Municipal não tinha tomado nenhuma deliberação que revogasse a deliberação anterior...". Decorrente do exposto, indagou sobre se a Câmara Municipal comunicou, ou não.---

Prosseguiu dizendo que entende que a sede própria sobre esta matéria, uma vez que partiu do Executivo era em reunião de Câmara e o que lhe foi transmitido na Assembleia, foi transmitido para a Assembleia, estando ele ali como assistente passivo, portanto ouviu o que tinha que ouvir. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- O Senhor Presidente replicou que já tinha dado esta informação.-----
- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia discordou e pediu para que lhe dissesse qual era a ata onde está essa informação.-----
- O Senhor Presidente retorquiu que haveria de efetuar uma pesquisa.-----
- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou referindo que a própria Assembleia disse que teria de haver um mecanismo específico porque se trata de uma devolução de uma verba, para a qual não há legitimidade direta, na medida em que ou ela vinha diretamente das Finanças, ou era a Câmara que fazia a sua devolução. Para ser diretamente das Finanças, tinha que haver uma comunicação atempada e não houve. Para ser uma devolução da Câmara em substituição das Finanças, tinha que haver um regulamento específico e sobre essa matéria nunca teve nenhuma dúvida. A Câmara não pode devolver verbas a esmo, se não tiver uma deliberação em regulamento da própria Assembleia Municipal. A própria Assembleia Municipal o terá dito, logo em janeiro. Foi referido que depois o Executivo apresentaria na próxima sessão, em fevereiro ou março, um regulamento e não foi apresentado, nem foi dada justificação para o efeito e depois a seguir, vem então essa informação, presente na última sessão a dizer que havia uns rumores de uns pareceres. Esse parecer deveria ter sido presente à Câmara Municipal, primeira mentora deste processo e não foi. Continuou dizendo que, na sua opinião, achava que não poderia ser feito um Edital para devolução de 5% do IRS, na medida em que se está a mexer numa verba em que a Câmara Municipal não poderá fazer o que quiser, com uma justificação simplista, como seja que se esqueceu ou que não fez em tempo útil a comunicação às Finanças, mas que quer manter esse regime, porque há um compromisso moral, e ético. Entende que teria que fazer um regulamento, é inquestionável, e está-se a tempo de o fazer, agora deliberar por Edital, isso não.-----
- O Senhor Presidente replicou que isso já está deliberado, é só comunicar por Edital.-----
- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou referindo que depois do assunto legalizado comunicar por Edital sê-lo-à, naturalmente. Continuou dizendo que o processo foi a deliberação da Assembleia Municipal, que o Senhor Presidente disse que era preciso um documento específico que, depois, não foi respeitado e não havendo documento específico, os Vereadores não têm nada a haver com isso. O regulamento não apareceu, o documento específico não apareceu, por isso, é o Senhor Presidente que está em falta perante o que afirmou aos jornais e publicamente. E estando em falta é bom que, se quer manter o compromisso assumido e que houve um lapso por falta de comunicação e a Câmara, porque houve um erro, irá fazer um regulamento específico. E como é que é o regulamento? Independentemente de confundir aquilo que se estava a discutir, dizendo que não é para os mais pobres. Sendo também contra que haja pobres. É, infelizmente, uma situação que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pode obviar e, não é pelos 5% que vai deixar de haver pobres e necessitados. Entende que, há uma deliberação da Assembleia Municipal, que a Câmara não respeitou, que era criar um documento próprio para validar a devolução do IRS. Continuou dizendo que, o Senhor Presidente da Câmara assumiu sozinho, depois dessa Assembleia, que faria um Edital, para fazer a devolução e os Vereadores aceitaram que seria assim. Nessa altura, editava e responsabilizava-se. Outra coisa diferente é que, houve uma deliberação que a Assembleia fez e prescreveu e que disse que precisava de um documento próprio a qual, depois, renova através de uma moção sobre essa matéria. Não sabia de nada em contrário. Tomou conhecimento agora, que havia um parecer de funcionários municipais. Tomou conhecimento agora, que também foi pedido um parecer a outra instância, o qual se aguarda. Contudo, fica a reserva: com vista à devolução qualquer que seja o parecer, a Câmara Municipal e a Assembleia legitimam-se através de um regulamento específico para este efeito portanto, não há nenhuma mutilação da deliberação. É preciso percorrer os passos necessários e suficientes para fazer a regulamentação, para fazer a devolução subsequente. Se não é por Edital, é por regulamento específico em que se argumente que houve uma falha. -----

----- O Senhor Presidente referiu que a Assembleia Municipal não decidiu que era preciso um regulamento. O que ficou decidido, é que era necessário definir uma forma para contactar os municípios, no sentido de lhes dizer como é que ia ser devolvido o IRS. Portanto não se deve dizer mais do que o que aconteceu. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que esteve presente na Assembleia e que estava convicto de que estava a dizer a verdade. -----

----- O Senhor Presidente discordou e referiu que a Assembleia não definiu que tinha que haver regulamento nenhum. O que se disse é que a Câmara anunciaria aos municípios a forma de devolução e, a Câmara, em reunião, disse que é preciso apresentar em reunião de Câmara, a forma de devolução aos municípios e como irão ser avisados. Continuou dizendo que o Edital já tinha sido feito, de facto, quando se fez a comunicação e salientou que o Presidente da Câmara não decidiu, absolutamente, nada em contrário, porque a devolução do IRS pode ser efetuada até ao final do ano, se houver legalidade do processo e o Presidente da Câmara ainda não disse que não vai ser devolvido o IRS. -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Vereador José Manuel Biscaia gostaria que este assunto já estivesse resolvido, e o Presidente da Câmara também, todavia ainda não foi dado cumprimento e se não fôr dado cumprimento, será dito porquê. Se for dado cumprimento, ainda há tempo para o fazer porém, será feito com segurança. Aguarda-se mais um parecer. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia replicou que na próxima reunião de Câmara trará a deliberação da Assembleia para o confrontar. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente concordou que o Senhor Vereador trouxesse a deliberação da Assembleia Municipal. -----

Prosseguiu referindo que, no que diz respeito ao processo da aquisição de serviços de limpeza e após questionar a Senhora Chefe da Divisão que fez o ponto da situação, está a ser preparado e que já está na fase final. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre se, tendo este assunto do IRS já sido abordado em meados do ano passado e depois disso, tendo sido feito o Orçamento da Câmara Municipal e neste documento foi prevista a receita integral do IRS mesmo sabendo-se e havendo a intenção de o devolver. Continuou dizendo que nem sequer foi previsto no Orçamento. Pensa que, se havia intenção de devolver o IRS, previa-se em despesa e custos no Orçamento da Câmara Municipal e, não foi isso que aconteceu. -----

-----O Senhor Presidente referiu que se está sempre a tempo de fazer uma revisão orçamental. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que era em relação à receita e, neste momento, a Câmara já recebeu cinco mil euros por mês. -----

-----O Senhor Presidente referiu que até ao final do ano económico, como o Senhor Vereador sabe, está-se sempre a tempo de efetuar uma revisão orçamental e, se fôr por este motivo, melhor ainda. É sinal de que o processo está todo regularizado. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, por outro lado, a única forma de atribuir esses subsídios a particulares, é através de um regulamento. -----

-----O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga informou o Senhor Presidente da questão colocada pelo Senhor Vereador José Manuel Cardoso, relativamente aos comprovativos das candidaturas. -----

-----O Senhor Presidente referiu que não fazia nenhum comprovativo. Continuou dizendo que se o Senhor Vereador assim o pretender, desloca-se aos serviços técnicos e consulta os mapas das candidaturas todas. Prosseguiu dizendo que já deu instruções ao serviço, para mostrarem os contratos. A informação que tem para prestar ao Senhor Vereador já lhe facultou no mapa que lhe foi entregue. Se o Senhor Vereador pretende mais informação, a fim de verificar se o que está no mapa que lhe foi entregue corresponde à verdade, que se desloque aos serviços técnicos e consulta os documentos que lá estão, designadamente os processos todos e verá que o que está no mapa que lhe entregou está correto. Poderão existir, agora, algumas alterações, para melhor, em termos de financiamento. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que não era nada disso e que iria pedir esta informação à Inspeção-Geral de Finanças, porque ao fim de 4 meses, o seu pedido ainda não tinha sido satisfeito. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente referiu que ficava ao critério do Senhor Vereador e que dispunha da informação no serviço e no mapa que lhe facultou. Quanto ao que o Senhor Vereador diz, que essa informação não lhe serve todavia, é a informação de que dispõem. Não tem outra. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso replicou que se deslocou aos serviços e que os mesmos lhe transmitiram que lhe entregavam a informação, daí a uns dias. Esperou até ao dia 15 de maio e nada lhe foi entregue. Entende que aquela verba está altamente empolada e que não existem comprovativos. -----

----- O Senhor Presidente referiu que os serviços têm os documentos para mostrar ao Senhor Vereador, que tem direito à informação. -----

Continuou dizendo que o mapa que lhe foi entregue, é o mapa das candidaturas que estão na CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro), com as candidaturas que já estão aprovadas, as que estão em fase de análise, inclusivamente, com os financiamentos de cada uma das candidaturas. Esse, é o mapa com a informação toda que se pode prestar em relação às candidaturas porque, neste momento, existe um gabinete na Câmara, organizado para prestar informação, para a compilar e para tratar todos os processos. A Câmara não anda a adjudicar à Tecnin ou à Qualitividade que, depois, criam problemas à Câmara, como estão a criar agora, ao pedirem dinheiro de candidaturas que nunca fizeram. Portanto, as candidaturas são feitas na Câmara e, quem as controla é o PGI (Gabinete de Planeamento e Gestão de Investimentos) que tem a informação toda, que consta do mapa que foi facultado ao Senhor Vereador podendo, se assim o pretender, conferir a informação do mapa com a informação que consta nos dossiers. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso replicou que já lhe disseram que não há suporte para as candidaturas, para a verba que está inscrita no Orçamento. -----

----- O Senhor Presidente reiterou que a informação que o Senhor Vereador lhe estava a solicitar, foi a que lhe deu: as candidaturas estão feitas ao programa MaisCentro, no âmbito da contratualização e, fora da contratualização, ao programa PRODER e aos PROVERE's. Portanto, a informação que foi prestada ao Senhor Vereador é a informação que tem. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retorquiu quer, somente, os comprovativos das aprovações das candidaturas. -----

----- O Senhor Presidente salientou que também estão nos serviços técnicos. Se as candidaturas estão aprovadas, estão lá os comprovativos e, também, os contratos que já estão assinados. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que esteve nos serviços técnicos, estando o Chefe da DPOU na sua presença, quando efetuou o pedido ao técnico no sentido de lhe ser facultada essa informação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que arranja maneira de chegar à informação, só lamenta que o requerimento, que deve ser respondido em dez dias, ao fim de quatro meses ainda não o tenha sido.-----

-----O Senhor Presidente reiterou que o Senhor Vereador dispunha da informação toda nos serviços técnicos e que lhe entregou um mapa, atempadamente, com a informação que o Senhor Vereador solicitou.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que o mapa lhe foi entregue ao fim de cerca de dois meses e que não lhe foram entregues os comprovativos das candidaturas.--

-----O Senhor Presidente referiu, mais uma vez, que o Senhor Vereador se poderia deslocar aos serviços técnicos, a fim de consultar os *dossiers*, os contratos, todavia não seriam tiradas cópias dos mesmos, para serem levadas, visto que os contratos são da Câmara.-----

Prosseguiu dizendo que não estava a sonegar informação, porque a informação está disponível para consulta nos serviços técnicos.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que nunca o Senhor Presidente foi tratado desta maneira, quando pediu alguma coisa à Câmara, quando era Vereador da oposição.-----

Prosseguiu insistindo que a informação não está disponível.-----

-----O Senhor Presidente referiu o que Senhor Vereador está a desconfiar do mapa que lhe entregou, que foi feito pelos dois funcionários do PGI e que a informação que lá consta, é a que consta dos *dossiers*.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que a informação não existe. Então, como é que há de estar disponível? Se não existem comprovativos, como é que lhos não de facultar?-----

-----O Senhor Presidente referiu se então a Câmara não teria contrato assinado da candidatura do Centro de Energias Renováveis? Não teria contratos assinados para o Centro Interpretativo do Vale Glaciar?-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que nem uma quinta parte.-----

-----O Senhor Presidente referiu lhe deu a informação, de que dispõe, do estado das candidaturas.-----

-----De seguida, foi dado por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia e o Senhor Presidente deu início à discussão do ponto 4.2, da Ordem do Dia - **Apreciação do projeto do “Centro de Artes e Ofícios do Eiró – Manteigas”**.-----

-----O Senhor Presidente referiu que o projeto é uma candidatura, que também consta do mesmo mapa atrás referido, que está feita e aprovada com um financiamento a 60% podendo-



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se, inclusivamente, lançar concurso e pedir adiantamento de 50% para essas obras, porque pode haver adiantamento das obras candidatas ao PROVERE. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que não viu nenhum projeto.--

----- O Senhor Presidente referiu que os Senhores Vereadores viram a memória descritiva e que o Senhor Engenheiro João Gabriel, Chefe da DPOU, estava presente na reunião a fim de prestar os esclarecimentos necessários à cerca do projeto. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre quem é que escreveu a memória descritiva, se foi alguém de nacionalidade estrangeira, porque é impossível que em três ou quatro páginas, haja inúmeros erros ortográficos e porque razão o Senhor Presidente aparece a subscrever uma memória descritiva desta natureza. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que a subscreveu como um documento enviado à reunião de Câmara, que faz parte do projeto. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso frisou que uma memória descritiva tem um autor, de certeza. -----

----- O Senhor Presidente referiu que também se apercebeu dos erros e que os assinalou, sendo um documento a corrigir porque está, neste momento, em fase de apreciação.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que o Senhor Presidente subscreveu todas as folhas da memória descritiva e, no mínimo das regras burocráticas, o Senhor Presidente não tem que assinar este documento, é assinado por quem o redigiu. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o projeto é da Câmara. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia disse que alguém o produziu. A memória descritiva faz parte integrante do projeto e alguém assinou o projeto. De seguida, propôs que se retire esta memória descritiva, nos termos em que está elaborada, e que se retire esta parte da ordem de trabalhos, a fim de que se faça a correção da mesma. -----

----- O Senhor Presidente referiu que se poderá fazer a correção. Contudo, não se retira da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia recusou-se a fazer a correção e referiu que, para além dos erros ortográficos, leu uma sucessão de disparates, inclusive que vai ter um elevador. -----

----- O Senhor Presidente questionou o Senhor Vereador sobre a razão pela qual entendia que o imóvel não deverá ter um elevador para transporte de pessoas com dificuldades de locomoção, visto que tem três pisos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia contrapôs indagando sobre a razão, visto que se trata de um imóvel que tem uma sala, um arrumo e um arquivo. Será para transportar essas pessoas para o arquivo ou para o arrumo?-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu perguntando se este projeto integra o edifício que foi da Santa Casa da Misericórdia, se esse contrato já foi feito com a mesma e se o foi há já muito tempo. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que este projeto integra o edifício que foi da Santa Casa da Misericórdia, que já está feita a escritura a favor da Câmara Municipal e que desconhece há quanto tempo foi celebrado contrato.-----

Prosseguiu dizendo que a escritura, foi tratada com a Dra. Paula Rabaça, a jurista da Câmara. --

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que dispunha de informações de uma das partes contratantes, a Santa Casa da Misericórdia, porque assistiu a uma Assembleia da mesma, havia oito dias atrás, e que lhe disseram que não está feito nenhum contrato, nem recebida nenhuma verba relativamente a esta matéria, motivo pelo qual estava a solicitar esclarecimentos. E quanto à titularidade perguntou como seria: válida para uns e não para outros?-----

-----O Senhor Presidente admitiu que poderia estar confundido em relação à escritura deste equipamento, ou estar equivocado em relação ao registo deste imóvel, mas tinha na ideia de que houve um processo com a Santa Casa da Misericórdia. -----

De seguida, solicitou a presença da Dra. Paula Rabaça a fim de prestar esclarecimentos sobre o mesmo. -----

Prosseguiu dizendo que enquanto o imóvel não fôr da Câmara há, no entanto, decisões tomadas em relação a esta matéria e existem compromissos assumidos.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que sobre essa matéria estava esclarecido.-----

Quanto às peças desenhadas do projeto, depois de uma memória descritiva que é inconsequente e não tem ponta por onde se lhe pegue, entendeu que não devia ver e apreciar o resto do processo, que é visto e apreciável em conjunto. Não se tratam de duas peças: memória descritiva e projeto. O projeto é o conjunto de tudo e não esta ou aquela peça.-----

-----O Senhor Presidente referiu que, apesar de alguns erros ortográficos que a memória descritiva possa conter é, perfeitamente, entendível o que se pretende fazer naquele edifício. Os técnicos da Câmara entenderam, perfeitamente, a memória descritiva. Não lhe parece que os técnicos da Câmara sejam tão inaptos, que não tenham percebido a mesma.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia exclamou que, ao que lhe foi dito pelo Senhor Presidente, foram eles que a fizeram.-----

-----O Senhor Presidente continuou dizendo que o Senhor Vereador já havia insinuado que foi ele que elaborou o projeto. Contudo, o projeto foi submetido aos serviços técnicos, e eles não são tão inaptos, que não tenham percebido, através da memória descritiva, que está em condições para ser entendível tecnicamente e para ser construído.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo, começou por esclarecer as questões que foram lançadas em relação ao projeto: o projeto nasceu com um estagiário PEPAL de arquitetura, que saiu há cerca de um ano e que começou a desenvolver o projeto e a memória descritiva. Depois, foi complementado o projeto, como para aquele lugar em causa, o projeto tinha que ser subscrito por um arquiteto, foi solicitado a um arquiteto externo, que se responsabilizasse pelo projeto e concluísse o mesmo e o submetesse (porque havia que o submeter o parecer ao IGESPAR). Continuou dizendo que a Câmara Municipal já tem o parecer positivo do IGESPAR para a recuperação do imóvel, com este projeto. A memória descritiva não a pode alterar porque tem um autor que a assinou e a rubricou e, foi submetida ao IGESPAR, obtendo parecer positivo e o IGESPAR não levantou qualquer questão sobre a memória descritiva. O processo desenrolou-se desta forma: começou com um estagiário do PEPAL que desenvolveu a ideia e o conceito do que se pretendia.-----

Prosseguiu dizendo que, para além da função que irá ter o Centro de Artes e Offícios é, também, uma forma de (os Senhores Vereadores conhecem porque já é um processo antigo) se fechar aquela malha urbana, que até causa insalubridade e transtornos aos edifícios vizinhos, das habitações viradas para a rua do Triunfo. Portanto, o projeto foi concluído, e também já teve oportunidade de ler a memória descritiva e desconhecia que tinha sido fotocopiada para ser submetida para os Senhores Vereadores, mas sabia que tinha estas situações: era esta o original e não se ia alterá-la à pressa para a apresentar a reunião de Câmara e julga-se que foi esta que foi apresentada no IGESPAR.-----

----- O Senhor Presidente referiu que, em termos de conteúdo, a memória descritiva é aceitável e está de acordo com o programa e, naturalmente, existem alguns erros. De seguida, evocou que na parte da manhã, falou com o Senhor Chefe da DPOU sobre a mesma, chamando a atenção para três ou quatro questões. -----

----- O Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo esclareceu que se tratavam de questões que seriam levantadas pelo IGESPAR e para se obter um parecer positivo, era requisito obrigatório, preservar toda a fachada. Quanto ao facto de se mencionar que a requerente é a Câmara Municipal, é esta que requer o parecer ao IGESPAR, por isso é que se coloca um "requerente".-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou sobre se o IGESPAR se pronunciou sobre este processo. -----

----- O Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo respondeu afirmativamente e clarificou que se não se pronunciou sobre essa memória descritiva em si, mas só sobre os aspetos arquitetónicos, sobre o projeto. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and initials, including 'Astúria' and 'J.M.'.

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia reiterou que a memória descritiva não está perceptível e não entende como é que os técnicos da Câmara a percebem tão bem. Continuou salientando que o responsável pela memória descritiva não a assinou. -----

-----O Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo continuou clarificando que o projeto (igual ao original) foi recebido em formato digital, foi impresso e colocado no processo da obra e que o original foi remetido para o IGESPAR.-----

Prosseguiu dizendo que, em relação à questão do elevador, este não é um elevador, mas uma plataforma elevatória, porque as instalações sanitárias estão no piso menos um (-1) por isso, qualquer pessoa com mobilidade reduzida que necessite de utilizar as instalações sanitárias, tem que usar a plataforma elevatória.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que entende que já foi um bom caminho o Senhor Presidente ter abandonado a ideia do Centro de Convívio do Eiró, mas continua a achar que a localização é péssima, as acessibilidades são péssimas. Pensa que as alternativas de localização são muitas e acha mais um desperdício desta Câmara, andar a arranjar infraestruturas novas, quando tem alternativas como seria a Casa do Povo, muito mais bem localizada, como seria o Ninho de Empresas que tem um espaço imenso onde uma infraestrutura destas podia funcionar ou, o Centro Recreativo de Santa Maria onde desconhece se haverá museu, ou não. Continuou dizendo que a Câmara não está a conseguir uma receita de 60%, mas está a ter mais uma despesa de 40% e é com a realização destas despesas que a situação financeira da Câmara está como está.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que a zona está degradada e que tem que ser revitalizada. Continuou dizendo que acha que seria uma zona bonita para fazer um edifício reserva, para a Câmara Municipal, destinado a possíveis realojamentos, ou possíveis solicitações em casos pontuais ou de emergência.-----

Prosseguiu dizendo que entende que é um processo extremamente mal localizado e que, se é preciso um elevador para descer, mais preciso é um elevador para lá chegar a este Centro de Artes e Ofícios. Parece-lhe que a localização é disfuncional e que a casa, pela memória que preserva, pensa-se que era judaica tendo em conta que existiam umas inscrições que a classificariam como tal, o que deveria ter sido avaliado e acautelado. Portanto, a casa deveria ter alguma utilização, mas nunca para fazer o que é dito na memória descritiva: sala, zona para espetáculo, arquivo, arrumos e uma casa de banho. Não lhe parece que seja a coisa mais adequada para aproveitamento e vê-se, pela memória descritiva, que o resto da funcionalidade também não é muita.-----

-----O Senhor Presidente referiu que respeitava a opinião dos Senhores Vereadores mas, não concorda com ela, porque a utilização deste equipamento serve para dinamizar uma zona do



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Centro Histórico de Manteigas, quiçá das mais importantes, onde vivia a maior parte da população e que está a desertificar-se e, só com equipamentos deste tipo e com a presença diária de pessoas naquele local é que se consegue criar alguma dinâmica e combater a desertificação naquela zona da Vila. Continuou dizendo que não é só com obras físicas de arranjo dos arruamentos ou de remodelação das redes de distribuição, que se fixam as pessoas. É, também, com equipamentos deste tipo. É errado, muitas vezes, os equipamentos municipais serem deslocados para as periferias, quando deveriam estar junto das pessoas. -----

Prosseguiu dizendo que, se se pretender deslocar as pessoas do Centro Histórico é só desenvolverem-se neste tipo de atividades, de funções sociais e desenvolvê-las fora da Vila e, as pessoas irão atrás delas. Entende que a intenção é manter gente naquele local, gente idosa que não quer frequentar o Centro de Dia, o lar, para que possa conviver, onde possa transmitir e adquirir saberes e manter-se perto da sua casa. -----

Prosseguiu dizendo que, foi baseada nestes pressupostos, que a Câmara Municipal decidiu localizar, nesse local, este empreendimento que, do ponto de vista da Câmara, está bem localizado, porque era uma zona da Vila onde havia artes e ofícios tradicionais, que se foram perdendo, porque as pessoas se deslocalizaram; é uma zona que está cada vez mais apagada, daí que se pretenda localizar o equipamento no local. -----

Prosseguiu questionando a Dra. Paula Rabaça, Jurista da Câmara Municipal, sobre se o edifício, em posse, era da Santa Casa da Misericórdia, se já estaria feito o registo. -----

----- A Dra. Paula Rabaça, Jurista da Câmara Municipal, esclareceu que não tinha conhecimento direto sobre o assunto, mas o Serviço de Património informou-a que havia sido adquirido um imóvel a um particular e esse, já estava registado. Continuou dizendo que, no que se refere ao imóvel da Santa Casa da Misericórdia, aguardam-se diligências relativamente a correção de áreas por parte da mesma. -----

----- O Senhor Presidente referiu que há uma escritura já feita de uma parte e a outra está em curso. Continuou salientando que a Câmara não avançará com nenhuma obra, sem estar feito o registo com a Santa Casa da Misericórdia. Finalizou dizendo que pensava que tinha sido efetuado o registo, todavia foi de parte do imóvel. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre a outra casa que estava em processo de expropriação. -----

----- A Dra. Paula Rabaça, Jurista da Câmara Municipal, clarificou que o processo de expropriação esteve preparado, mas nunca recebeu ordem de envio para a DGAL.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que esse edifício não pertence à Câmara e que existem quatro edifícios: um é da Santa Casa da Misericórdia, outro que não é da Câmara e, dois, que a Câmara comprou e pagou. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente aditou que no mandato atual, foi comprado mais um edifício: o da Santa Casa da Misericórdia e o da D^a. Maria José Direito Massano. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que há mais um dos herdeiros do Senhor Manuel de Jesus Nunes Direito. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que queria ver o projeto, tendo em conta que não gostou da memória justificativa e, entende que é impensável que seja presente uma memória justificativa, desta forma, numa reunião de Câmara. -----

-----Foi efetuada a análise das peças desenhadas do projeto. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que estava tudo demolido por razões de segurança e que existe um processo de expropriação que já tem cerca de sete anos. -

-----A Dra. Paula Rabaça, Jurista da Câmara Municipal, disponibilizou-se para ir buscar o processo, que está todo preparado e clarificou que o mesmo tem uma listagem de documentação todavia, nunca chegou a ser enviado para a DGAL, tendo em conta que estavam em curso conversações com os proprietários conhecidos, para aquisição pelo direito privado.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aditou que toda a gente estava convencida de que aquele edifício era dos herdeiros do Senhor Manuel de Jesus Nunes Direito. -

-----O Senhor Presidente referiu que considera o projeto muito interessante.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que entende que poderia ser uma zona de reserva da Câmara Municipal, por exemplo, para estudantes que não residem no Concelho.-----

-----O Senhor Presidente salientou que é uma forma de dar mais vida àquela zona: definir um espaço onde os idosos se sintam bem e onde viveram toda a vida. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que votava contra o projeto por duas ordens de razões: pela finalidade a que se propõe e pela inqualificável memória descritiva que, não deve servir de suporte nem a este nem a outro projeto, antes de ser alterada em condignidade com a língua portuguesa. Criticou dizendo que espera que não ponham as portas da cor do chão, tal como está descrito na memória descritiva: portas em carvalho pintadas à cor do chão, lousa preta! -----

-----O Senhor Presidente frisou que no exemplar que estava em sua posse, tinha sublinhado algumas coisas para serem alteradas. Entendeu que, supondo que haveria alguma alteração a introduzir nas peças desenhadas sob proposta de qualquer um dos membros presentes na reunião, poder-se-ia analisar e alterar e, o documento só se tornaria definitivo, com a ressalva e ser alterado. -----

Ratificação dos atos praticados constantes na informação nº 31/2012/ABS.P, datada de 16 maio de 2012, referente às aquisições de serviços – requisições. -----

**CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS**

Foi presente a informação nº 31/2012/ABS.P, datada de 16 de maio de dois mil e doze, referente às aquisições de serviços, de acordo com o deliberado em reunião ordinária, de 09 de fevereiro de 2011.

Aquisição de Serviços - requisições internas autorizadas no período de 12 de abril a 11 de maio de 2012

Req. Interna	Data		Fornecedor	Morada	Referente a	Valor
	emissão	autorização				
385	12.Abr	12.Abr	Grupo Pestana-Pousada S. Lorenzo	Manteigas	Refeições Comitiva A.N.M.P.	575,6
386	16.Abr	16.Abr	Associaç. Estud Escola Sup. Tecn. Gestão	S.M.Bispo	Publicidade (fitado Lisa Andreia Martins da Cunha)	50,00
390	16.Abr	18.Abr	Grafinal, Lda.	Águeda	Encadernação de livro de Atas CMM	73,80
393	16.Abr	18.Abr	Jorinterior / Jornal o Interior	Guarda	Publicidade cartaz do Troféu de Downhill	171,59
394	16.Abr	18.Abr	Jornal do Fundão Editora, Lda.	Fundão	Publicidade cartaz do Troféu de Downhill	442,80
396	16.Abr	18.Abr	Direitos, Lda.	Manteigas	Revisão de extintores 6 Kg	24,60
397	16.Abr	18.Abr	Direitos, Lda.	Manteigas	Revisão de extintores 6 Kg	48,46
398	16.Abr	18.Abr	Direitos, Lda.	Manteigas	Revisão de extintores 6 Kg	41,23
401	16.Abr	18.Abr	David Emanuel Barroco Neves	Guarda	Aluguer equip. luz e som comemorações do 25 de Abril	307,50
413	17.Abr	20.Abr	Direitos, Lda.	Manteigas	Reparação da viatura Toyota Optimo nº. 19-EG56	38,44
416	17.Abr	20.Abr	Direitos, Lda.	Manteigas	Reparação de pneu da viatura Toyota Hilux nº. 25-74-XX	8,00
422	18.Abr	20.Abr	Direitos, Lda.	Manteigas	Reparação da viatura Renault S130, nº. PG-36-82	2.214,77
423	18.Abr	20.Abr	Direitos, Lda.	Manteigas	Reparação da viatura BMW, nº. 05-37-XF	184,50
436	18.Abr	20.Abr	Sabugueiros, Lda.	Manteigas	Reparação da viatura Suzuki Vitara, nº. 49-78-HZ	2.090,93
437	23.Abr	24.Abr	A Cascata Restaurante, Lda.	Manteigas	Refeições comemorações do 25 de Abril	62,50
438	23.Abr	24.Abr	Maria de Fátima Ribeiro A. Cleto	Manteigas	Refeições c/ Comando da GNR	156,05
439	23.Abr	24.Abr	Afonso Massano Costa Serra	Manteigas	Serviços de electricista	1.239,84
443	23.Abr	24.Abr	Conservat. Reg. Civil e Predial Manteigas	Manteigas	Retificação de área de imóvel rústico EN232-ER338	20,00
452	24.Abr	24.Abr	Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA	Coimbra	Anúncio mobilidade intercarreiras Paulo	40,77



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

					Costa	
462	09.Mai	10.Mai	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	Coimbra	Homologação da lista unitária final conc. arquitetura	224,23

Finanças Municipais. -----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de cinquenta e quatro mil, oitocentos e doze euros e oitenta e nove cêntimos (€ 54.812,89).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das quinze horas e quarenta e cinco minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim *blat* Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. -----

Presidente

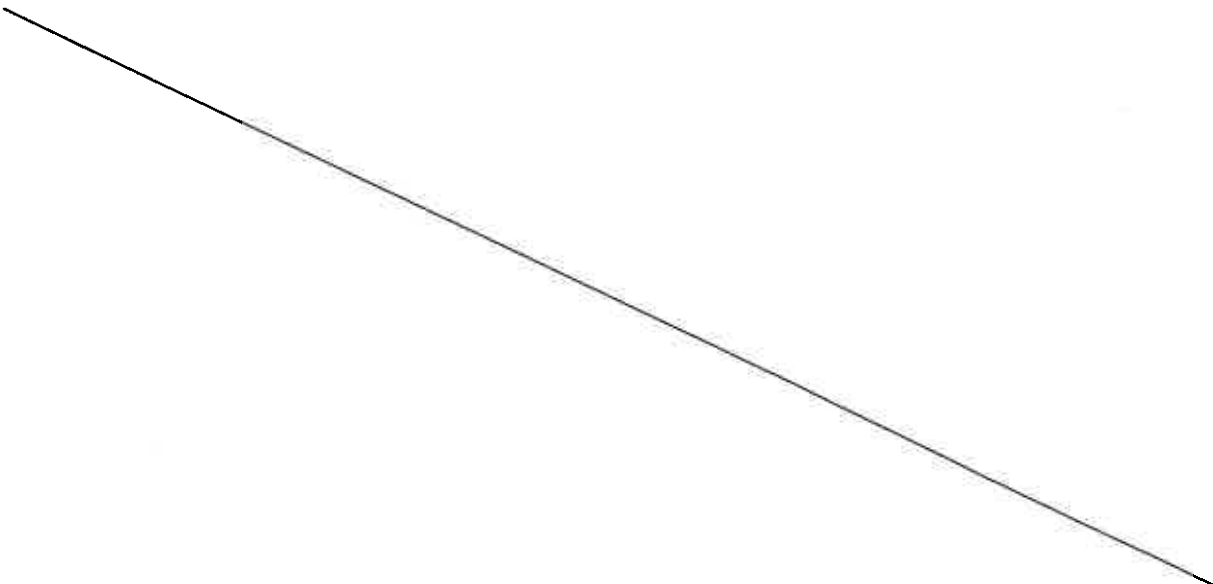
[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]





CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

